

## APRESENTAÇÃO

Este livro reúne as principais conclusões do nosso Grupo de trabalho (GT) durante o XVII Simpósio da ANPEPP realizado em Brasília em 2018, intitulado CIÊNCIA, COTIDIANO E DEMOCRACIA. Nosso GT já conta com um longo histórico. Os integrantes de nosso grupo são muito comprometidos com o ensino, com a pesquisa científica, com o desenvolvimento de inovações na prática e com a divulgação da psicanálise em programas de pós-graduação de universidades públicas e privadas. Grande parte daqueles que o inauguraram fizeram seus mestrados, doutorados e/ou pós-doutorados no Programa de Pós-graduação do Département de Psychanalyse de Paris VIII, fundado pelo psicanalista Jacques Lacan, onde se ensina teoria da clínica psicanalítica. A maior parte era, na ocasião, membro da Escola Brasileira de Psicanálise e da Associação Mundial de Psicanálise, onde participavam ativamente da expansão da presença, difusão do saber e intervenção nos impasses sociais da psicanálise de orientação lacaniana, exercendo um trabalho permanente e complementar à atuação na universidade de reflexão crítica acerca de nossa época. Em 2003, nós nos reunimos num *Acordo internacional de pesquisa sobre Psicanálise pura e aplicada: o estatuto do sujeito e do Outro nos sintomas contemporâneos* com esse Departamento de Paris VIII, coordenado pelos professores Serge Cottet e Tania Coelho. Esta cooperação já foi inicialmente marcada pela publicação do livro *Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada*<sup>1</sup>. Por meio desse Acordo, realizou-se, ainda, uma maior integração entre laboratórios registrados no Diretório Nacional de Grupos de pesquisa do CNPq. Pelo PPGTP/UFRJ, sob a supervisão de Tania Coelho, desenvolveram pesquisas de pós-doutorado de vários integrantes do grupo inicial: Jésus Santiago (2006), Márcia Rosa (2007) e Ana Lydia (2008), Andrea Martello (2013) e Angélica Tironi (2014). Também sob orientação de Tania Coelho, Rita Manso (1999), Maria Cristina Antunes (2002), Analícea Calmon (2005), Rosa Guedes Lopes (2007) Maria José Gontijo (2006) e Jorge Forbes (2010), Douglas Nunes de Abreu (2013) e Lucia carvalho da Cunha (2014) efetuaram seu doutorados. Desta interlocução resultou a criação da Revista *aSEPHallus* de orientação lacaniana (B2), editada por Tania Coelho com um corpo editorial do qual fazem parte todos os integrantes deste GT. Em 2007, publicamos uma coletânea de artigos em *Inovações no ensino e na pesquisa em psicanálise aplicada*<sup>2</sup>. Em 2010, após as

---

<sup>1</sup> Coelho dos Santos, T. (org.) (2005). *Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada*. Rio de Janeiro: Contracapa.

<sup>2</sup> Coelho dos Santos, T. (org.) (2007). *Inovações no ensino e na pesquisa em psicanálise aplicada*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras.

conversações durante XIII Simpósio da ANPEPP, publicamos um conjunto de artigos sobre *Psicanálise e desinserção social* no número 11 da Revista aSEPHallus<sup>3</sup>. Cada uma dessas produções é um trabalho de conclusão dos temas trabalhados durante os Simpósio das ANPEPP. Durante o XIV Simpósio da ANPEPP, efetuamos uma rodada de conversações sobre o tema da Psicanálise e os discursos da ciência na contemporânea, que produziu o confronto de diferentes perspectivas e experiências institucionais. Publicamos um a robusta coletânea de artigos intitulada *De que real se trata na clínica psicanalítica?*<sup>4</sup>. Durante o XV Simpósio da ANPEPP, nós nos perguntávamos quais seriam as invenções que os sujeitos fabricam nos dias de hoje para defender-se do real da morte, do sexo e do desamparo. Tomamos como eixo a tese foucaultinana acerca do rebaixamento geral da lei simbólica à norma social, na modernidade. A constatação de que houve um deslocamento do supereu ao supersocial produziu a coletânea conclusiva de artigos intitulada: *“Os corpos falantes e normatividade do supersocial”*<sup>5</sup>.

Durante nosso último encontro, retomamos a tese de que o sujeito sobre qual a psicanálise opera, não é senão o sujeito da ciência. Não é uma individualidade empírica, nem uma subjetividade transparente à si mesma, uma “consciência de si.” A existência do sujeito da ciência é deduzida do pensamento: “penso, logo existo”. Estruturado pelo campo da fala e da linguagem, a lei simbólica (função paterna), é sua única garantia: o sujeito é o que um significante representa para um outro significante. Em 2014 como já dissemos acima, retomamos a perspectiva inaugurada por Michel Foucault de que haveria um rebaixamento geral da lei simbólica à norma social na modernidade. O pacto simbólico é rebaixado ao nível do contrato intersubjetivo, sem a hegemonia da lei simbólica. O sintoma histérico, neurose clássica, constituída a partir da sujeição e rebeldia em relação à autoridade paterna, dá lugar às neuroses de caráter, à psicose ordinária e às perversões banais. O laço social sofre transformações inéditas na pós-modernidade, sem a hegemonia da função paterna, e os sintomas se tornam mais difíceis de interpretar. O declínio da lei simbólica é sucedido pelo império da norma. Esta é muito mais rigorosa do que a lei simbólica. O *supereu*, instância psíquica *intersubjetiva*, deu lugar ao *supersocial*? O sujeito universal da ciência deu lugar aos sujeitos de grupos particulares, ditos minoritários? Constatamos que em nossa época, os

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.nucleosephora.com/asephallus>

<sup>4</sup> Coelho dos Santos, T., Santiago, J. & Martello, A. (orgs.) (2012). *De que real se trata na clínica psicanalítica?*. Rio de Janeiro: Ed. Cia de Freud.

<sup>5</sup> Coelho dos Santos, T. et alli (orgs.) *Os corpos falantes e a normatividade do supersocial*, Rio de Janeiro, Ed. Cia de Freud, 2014.

comitês de pares, os grupos de interesse, as tribos, os grupos monossintomáticos e suas políticas identitárias decidem *intersubjetivamente*, quais devem ser as normas sociais. Ressaltamos a tendência dos discursos pós-modernos a impor uma homogeneização generalizada das identidades ao preço, paradoxalmente, de multiplicar o volume de categorias tratadas como vítimas.

Neste XVII Simpósio da ANPEPP, prosseguimos nesta via engajados em pensar a questão das relações entre ciência, cotidiano e democracia, valorizamos os discursos hegemônicos na contemporaneidade (relativismo científico, pluralismo pós-moderno, hedonismo hipermoderno, multiculturalismo politicamente correto). Interrogamos: como é que os corpos falantes (fragmentados pela pulsão) organizam o narcisismo (eu ideal), sem a função simbólica do Nome-do-Pai (ideal do eu) como horizonte simbólico? A pluralização dos Nomes-do-Pai, a ascensão do objeto *a* ao comando da civilização, o declínio do mecanismo psíquico do recalque da sexualidade e a hegemonia das formações reativas na constituição do caráter, apontam que em lugar do supereu, a moral de grupo (tribalismo) se impõe como novo modo de regular os corpos falantes. E fomos completamente tomados pela pergunta se esse novo narcisismo - com sua repercussão no âmbito da função do eu - pode ser ainda uma via autêntica para que a pulsão encontre no mecanismo psíquico da sublimação os meios para configurar um novo imaginário. Pode-se evitar a redução da consciência crítica e da divisão subjetiva à mera identificação com o semelhante, com o par, com o igual? Esta foi a nossa principal questão. Não há acesso ao pensamento científico sem sublimação. Pode haver sublimação sem recalque? A saída pela sublimação pode enfrentar o império dos objetos, das imagens e da lei do mercado em que mergulhou a civilização contemporânea? Pode haver democracia sob a hegemonia política da igualdade perante o consumo?

Tania Coelho dos Santos retomou a tese de que seja na clínica do sujeito, seja na clínica da civilização, nos ocupamos dos sintomas, discursos e laços sociais em nosso cotidiano profissional. O interesse ficou mais voltado durante a reunião para a adesão apaixonada e crédula (*pathos*) que a maior parte dos indivíduos dedica a alguma ideologia, sistema ou partido político. O rebaixamento do senso crítico, quando se trata do Outro da política, tem sensibilizado muitos observadores da cena social nos últimos anos. Destacou o problema crescente dos discursos pós-modernos que fomentam políticas identitárias. Para isso tomou um ponto de vista histórico, destacando o papel da revolução social e cultural que ocorreu ao final dos anos 1960. Estes acontecimentos sociais sucederam o incrível desenvolvimento econômico que grande parte do mundo vai experimentar depois das perdas catastróficas

infligidas pela segunda guerra mundial. A pós-modernidade é esta revolução nos costumes que começa a ser preparada ao longo dos anos 50, período em que muitas nações vão conhecer um crescimento industrial e tecnológico estuendo. A condição pós-moderna e as reconfigurações do imaginário que hoje nos interessam tanto, inaugura-se juntamente com os acontecimentos de maio de 1968 em todo mundo.

Cleyton Andrade evidencia que clínica e política não são antagônicas ou mutuamente excludentes, buscando discutir uma noção de política distinta de uma política de Estado, ou de uma categoria referida ao “para todos”. Pensar os conceitos de política, de sujeito e de impossível, a partir da hipótese de que algumas figuras da negatividade no campo político podem promover uma crítica às formas políticas baseadas no princípio identitário, bem como no da igualdade e da diferença. Em particular, questionou-se a validade dos discursos anti-racistas mas que se baseiam na oposição entre negros e brancos, num país onde predomina a miscigenação racial. Finalmente, ele nos apresenta suas considerações acerca de um campo muito particular e pouco conhecido entre nós, o feminismo negro.

Fábio Malcher, destacou a mudança no discurso do capitalista, da modernidade à contemporaneidade. O sujeito ocupa o lugar de agente, mas não comanda nada, sendo comandado pelo mais-de-gozar que a mercadoria promete, mas não entrega, deixando o sujeito em uma insaciável falta-de-gozar (*manque-à-jour*). Este mecanismo retroalimenta um funcionamento sem escansão, graças a menor operatividade do Nome-do-Pai como ponto de basta. O polo pulsional do Eu (eu ideal) se apresenta menos regulado pelo simbólico (ideal do eu), denotando uma prevalência da dimensão do gozo em detrimento do desejo. O sujeito contemporâneo para se orientar em sua existência, encontra modos de regulação do gozo não submetidos à ordem simbólica tradicional. Estas redundam em novos modos de sofrimento (depressão, síndrome do pânico, toxicomania, transtornos alimentares, fenômenos psicossomáticos, escarificações, entre outros) que evidenciam um descompasso entre eu ideal e ideal do eu. Suas conclusões foram publicadas num outro livro que organizamos juntos em 2017 intitulado “Psicanálise no século XXI: ideologias políticas, subjetividade, laços sociais e intervenções psicanalíticas”.

Rosa Guedes Lopes traz um tema muito atual acerca da formação desta díade eu ideal/ideal do eu. Ela se pergunta: como um aplicativo é capaz de alterar a percepção que um sujeito tem dele mesmo e permitir que se veja de um modo diferente daquele que imaginava? Quando o Outro familiar se ausenta da função de ajudar uma criança ou um adolescente a administrar o cotidiano da sua vida e a construir uma narrativa que o situe no interior de sua

família e no mundo externo, um aplicativo pode exercer esta função? Um aplicativo pode desempenhar o papel do ideal do eu? Que consequências psíquicas podemos esperar?

Alinne Nogueira S. Coppus parte da fala de um analisando - “meu corpo não é um corpo, é uma roupa que eu não posso trocar, arrumar, ou posso?” para interrogar um apontamento de Lacan (1972-73/1986) que diz, literalmente, que o corpo é uma roupa e que, através dela(e), o sujeito possui um meio de gozo. As diferentes formas, nas quais o sujeito faz uso do seu corpo, marcam o interesse clínico nesta pesquisa. Mais do que isso, permite acompanhar como se dá a construção e a apropriação de um corpo para o sujeito, e, assim, extrair as consequências da fala do paciente, que fazem parte desse processo.

Flavia Lana Garcia de Oliveira constata que uma das consequências desse rebaixamento da lei simbólica sobre o campo da psicopatologia é o aumento da incidência das neuroses narcísicas. Grande parte desses casos é marcada por uma posição melancoliforme em que a falta não causa o desejo, mas sim a reivindicação voraz de algo de que se foi privado injustamente. Em tempos de ascensão da normatividade do supersocial, esse estudo partirá do fenômeno das comunidades virtuais de anoréxicos e bulímicos para depreender os impactos da transformação do transtorno alimentar em insígnia identitária sobre a responsabilidade subjetiva.

Douglas Nunes Abreu pergunta-se sobre o porque da ampliação da incidência do diagnóstico de borderline na contemporaneidade, levando em conta os efeitos da dimensão do Outro na constituição subjetiva hoje. Encontraríamos hoje mais soluções identificatórias do tipo imaginário no lugar daquelas que se baseavam nos laços sociais tradicionais? Em lugar da organização familiar como grupo sintomático, estes indivíduos estariam mais organizados em grupos monossintomáticos que colocam algum objeto a (drogas, alimentos, sexo, trabalho) no lugar da lei do Nome-do-Pai.

Antônio Teixeira questiona essa famosa “era da pós-verdade” de que tanto se fala hoje. Qual seria sua especificidade, se a falsidade sempre esteve presente em todas as narrativas humanas, em torno tanto de interesses políticos quanto de juras amorosas? É difícil responder a essa questão se nos obstinarmos a conceber a verdade na vertente aquiniana clássica de adequação entre realidade e representação mental. Propõe que é provável que uma mentira possa habitar neste clamor nostálgico pela verdade como correspondência factual. Em nosso entender, não é possível dar lugar à verdade da psicanálise sem romper com a doutrina clássica que a percebe nos termos gramaticais do predicado, consoante ao princípio lógico de correspondência. A verdade, enquanto predicado, não tem nada a dizer; ela supõe somente

a correspondência entre algo do qual se fala e o que se diz a propósito desse algo. A verdade-sujeito que interessa a psicanálise se manifesta justamente nos efeitos de inadequação que fazem vacilar todo esforço de comunicação.

Maria Cristina Antunes se propôs a investigar quais são as novas formas de mal-estar em relação à feminilidade no laço social contemporâneo. Visamos explorar de que modo operam e quais as consequências desses novos discursos em relação ao real como impossível, ou seja, à responsabilidade do sujeito pela sua posição sexual.

Fernanda Queiroz de Paula investigou a hipótese de que o rebaixamento da lei à forma do contrato social dá lugar a emergência de um discurso feminista veicula a ideologia: “meu corpo, minhas regras”. Observa que, paradoxalmente, essa ideologia ao invés de promover maior responsabilidade subjetiva e liberdade democrática, fomenta uma absolutização do direito ao gozo e um posicionamento reivindicatório por uma indenização ao mal radical da injustiça social.

Ana Lydia Santiago, Bernardo Micherif e Bruna Albuquerque trouxeram uma pesquisa/intervenção com adolescentes no Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Psicanálise e Educação-NIPSE/FaE/UFMG, por meio da metodologia da Conversação. A pesquisa de campo acontece em escolas públicas e particulares, é realizada com jovens considerados alunos problemas pelos docentes e responsáveis educacionais das instituições escolares. Dedicaram-se a pensar como estimular a sublimação, como acesso ao pensamento crítico e científico, bem como às formas democráticas de organização social. É preciso: 1) Delimitar a reconfiguração narcísica que se processa na puberdade, com efeitos sobre o saber, o corpo, a sexualidade e os modos de satisfação pulsional. 2) Destacar nas identificações dos adolescentes em conflito com a lei a prevalência do imaginário, seja no valor concedido ao grupo de semelhantes, seja na ostentação dos objetos. Algumas nomeações pejorativas exemplificam o curto-circuito na relação com o Outro, identificando os adolescentes ao rebotalho da sociedade. Que identificações acentuam o destino sublimatório da pulsão e favorecem o laço social? Quais são as que acentuam a rejeição e são incompatíveis com o projeto civilizatório. 3) Circunscrever os efeitos da pluralização do Nome-do-Pai e da consequente ascensão das "ordem de ferro" para os adolescentes, privilegiando a pesquisa das consequências sobre os modos de satisfação da forma "nomear para" (eu ideal) que vem substituir o lugar do Nome-do-pai (ideal do eu) na nomeação. 4) Caracterizar este Outro escolar das escolas públicas atuais que parece reduzido de seu valor simbólico à instância persecutória de um Outro mau. As reações agressivas de adolescentes no espaço escolar têm

crescido na mesma proporção. Em que medida a degradação do Outro escolar pode ser a determinante das manifestações agressivas de adolescentes?

E, finalmente, contamos neste livro com a inesperada e inestimável contribuição de Virgínia Célia Carvalho da Silva, Gilson Iannini e Jesus Santiago acerca da dimensão da fantasia, núcleo essencial de todo o imaginário. Uma reflexão consistente acerca do imaginário, não pode dispensar esse esforço valioso de fundamentação do conceito.

Tania Coelho dos Santos (Coordenadora)

Ana Lydia Bezerra Santiago (Vice-coordenadora)